



## PRESENÇA JUDIA NO PAÍS

O povo hebreu habitou a Galiza desde a noite dos tempos. Do comércio do vinho à medicina, os judeus desenvolvêrom multitudom de atividades e deixárom pegada na nossa história. O seu rasto é patente em Ribadávía, mas também noutros lugares do país.

## CRIAÇOM

Antía J. Peiro é umha artista oleirense que trabalha com multitude de meios. A sua poesia, empenhada em relatar os efeitos do global no particular, levou-a a obter em 2012 o *IV Prémio de Criaçom Cousas de Poetas*, e isso abriu-lhe a porta à publicação em várias editoras, as quais rejeitou por falta de entendimento. Confessa que o *Novas da Galiza* é o único meio em que se sente à vontade, e é por isso que quijó chegar-nos o seu novo trabalho, que, como é habitual, é de difícil classificaçom.

## CINEMA

Xurxo González analisa a morte por inaniçom do Consórcio Audiovisual da Galiza, organismo encarregado da promoçom do audiovisual do país. Com origens na década de 1990, o seu passamento passou despercebido na imprensa e nos informativos.

## TEMPOS MODERNOS

# Todo o poder aos concelhos: um Levante popular de 1117

Óscar Valadares

Conta a *História Compostelana*, livro 1, capítulo 114: “Berravam desde fora: «que saia a rainha se quer, para ela damos permissom; os demais que morram a ferro e lume». [...] Saiu a rainha da torre. Quando a vírom, botárom-se a ela, agarrárom-na e tirárom-na ao chao, na lama, raptárom-na como lobos e rompérom-lhe os vestidos. Com o corpo despido de peito para baixo, ficou vergonhosamente exposta diante de todos durante muito tempo. Muitos quigêrom lapidá-la e uma velha feriu-a gravemente na meixela com umha pedra”.

Assim de descritivo é o relato dum dos primeiros levantes urbanos da Europa medieval, que teve lugar em Compostela em 1117, e que a historiografia tradicional explica dentro das luitas de sucessom após a morte do rei Afonso VI. Com efeito, a rainha assim humilhada era Urraca e o lugar do que a deixavam sair para depois a espancar publicamente era o palácio arcebispal de Gelmires, que aliás conseguira fugir disfarçado. Mas quem protagonizava aquele levante?

Para entender a situaçom há que levar em conta o enquadramento.

Compostela era na altura uma das principais cidades europeias. O núcleo urbano, constituído precocemente a partir do mito apostólico, tinha uma populaçom burguesa medieval já assentada, que exigia instituiçoms políticas próprias para umha cidade que, submetida ao senhorio do arcebispado, aproveitava a conflituosidade da sucessom para se organizar numha irmandade (germanitas) urbana com grande sucesso. Aqueles homens — porque as mulheres fôrom deixadas à margem, como era normativo — nom só se atrevêrom a atacar o poder feudal exercido, neste caso, por meio da igreja, mas fôrom além: até à formaçom de um *Conçelho* com competências nunca antes possuídas que, entre 1116 e 1117, chegou a governar a cidade à margem do arcebispo.

Finalmente, pola soluçom do conflito dinástico e polo surgimento de contradiçoms internas na irmandade, com um setor favorável ao restabelecimento da situaçom de partida, Gelmires conseguirá recuperar o poder, mais o poder leigo na cidade ficava certamente reforçado.

### Burguesia, soberania, classe

Além do significativo do exemplo, pola sua radicalizaçom e pola sua cronologia, Anselmo López Car-



Organistrum representado no compostelano Paço de Gemires

reira, que recolhe a revolta no seu livro *A cidade medieval galega* (Vigo, 1999), explica como, além das luitas dinásticas, o episódio de Compostela de 1117 nom pode ser considerado um acontecimento isolado. Bem ao contrário, terminaria reeditando-se em 1136 na mesma cidade e também noutros lugares, como Lugo, na segunda metade do século, com idêntico resultado: as nascentes burguesias locais, por meio da força das ocupaçoms de terrenos do senhorio ou de agressões diretas como a narrativa contra a rainha Urraca, conseguiam controlar e governar a cidade momentaneamente, até em pe-

ríodos que ultrapassavam o ano. E, finalmente, terminavam forçando a aceitaçom das suas exigências, que iam sistematicamente na linha de retirar poder dos senhores feudais e o entregar aos cada vez mais poderosos concelhos.

A luta polo poder urbano, que se dá muito cedo na Galiza e que continua durante todo o século XIII e XIV até ao confronto definitivo que no século XV deriva na criaçom a Irmandade Fusenlla e das guerras irmandinhas na Galiza foi, portanto, um processo complexo que podia ter por objetivo a substituiçom do poder feudal por um poder forâ-

neo — o do monarca, mais que deve ser valorizado em relaçom a duas realidades adicionais.

Em primeiro lugar, que nom existia, nem existiria em muito tempo, um conceito de naçom análogo ou sequer similar ao que hoje manejam as luitas contra o sistema estabelecido em países como Galiza, com os direitos políticos conculcados em grande parte, de maneira que a luta pola soberania era uma luta do imediato, do espaço mais próximo.

E em segundo lugar, que ainda quando os pleitos e revoltas que vinham acontecendo desde o século XII nom tivessem um caráter nacional, evidenciavam efetivamente traços da luta de classes que, nesta fase, opunha burguesia das renascentes cidades aos interesses de classe do clero e da monarquia, ainda quando amiúde se tentasse usar a última como pancada frente à primeira.

Em resumo: houve um tempo em que a Galiza adiantava acontecimentos e no qual se viveu um renascimento pioneiro das cidades que teve o seu próprio conflito, o dumha classe emergente nascida à sombra dos burgos que exigia direitos políticos às portas do poder político. Antes eram os bispos. Hoje nom som só eles.



# Algumhas notas sobre a presença judia na Galiza

Rubén Melide

No imaginário das galegas e galegos críticos com o sistema vigorante, talvez a noção de *judeu* remita demasiado frequentemente para realidades negativas, como o sionismo que instituiu em terras palestinianas o estado de Israel ou o controlo das finanças internacionais. Porém, da mesma maneira que as galegas conscientes nos indignamos quando fora do nosso país somos automaticamente relacionadas com realidades e personagens sinistras – Franco, Fraga, Rajoy –, umha pessoa judia poderia legitimamente zangar-se ao lhe ser aplicado um reducionismo similar.

Com especial relevância até os alvares da Idade Moderna, a coletividade judia manteve ao longo da nossa história umha presença continuada. Nom é por acaso que, da mesma maneira que os sefardis expulsos dos territórios de língua castelhana, a coletividade judia galega e portuguesa manteve a sua versom da nossa língua longe das nossas terras, nomeadamente na França, Países Baixos e Inglaterra, embora infelizmente o judeu-galego ou judeu-português seja um idioma já extinto, ou empregue só de umha maneira muito reduzida e circunscrita apenas a usos litúrgicos.

Na sua obra *Os judeus no Noroeste da Península Ibérica*, o professor João Domingos Gomes Sanches explica-nos que os judeus nom som precisamente umha raça, conceito resultante dumha construção cultural e nom dum facto biológico. Tratar-se-ia dumha coletividade – ou coletividades – cujo fio condutor seriam umha série de tradições e valores culturais.

Nom conhecemos com precisom o momento da chegada dos hebreus à Península Ibérica, mas o que sabemos com certeza é o facto de os povos da Palestina conhecerem a *Sepharad* desde a noite dos tempos. Os comerciantes fenícios chegaram até as nossas costas bem antes do aparecimento dos romanos nelas e, já no terreno da lenda, o rei Salomom teria enviado expedições à Sepharad com o objetivo de se fazer com o ouro preciso para a construção do primeiro templo de Je-



rusalém. No tocante ao primeiro momento em que aparece documentada a sua presença no país, a primeira referência é do século XI na vila de Cela Nova.

Mais tarde, em 1289, temos constância documental dumha outra comunidade judia organizada na vila de Alhariz, onde as autoridades cristãs e o representante dos judeus chegaram a um acordo para solucionarem eventuais conflitos. Desde o século XIV, as referências documentais aumentam, remetendo-nos para localidades como Ponte Vedra, Monte Rei, Betanços, Corunha, Caldas, Noia e Ourense. Também conhecemos a existência de comunidades noutros pontos do mapa, tais como Ferrol, Riba d'Eu, Mondonhede, Ponte d'Eu, Compostela, Monforte, Baiona, Tui, Vila Franca, ou a vila galega com mais reminiscências judias na atualidade: Riba d'Ávia.

A dizer de José Ramón Ónega, a comunidade judia de Riba d'Ávia, junto com elementos doutras coletividades do país, mane-

Nom conhecemos com precisom o momento da chegada dos judeus à Península, mas temos certeza de os povos da Palestina conhecerem a existência da Sepharad desde tempos antigos

java as redes comerciais da Galiza medieval, mas também as doutras partes da Península e ainda de fora desta. A tradição hebraica da vila é tam forte que mesmo existem autores, como Méndez Silva, que pensam que fôrom os judeus os que impugérom ao rio Ávia o seu nome, que quereria dizer *vontade de Deus*. Aliás, segundo Outeiro Pedraio, as gentes do Ribeiro tinham por pró-judeus os habitantes da vila.

Tradicionalmente, os judeus fôrom considerados como um coletivo quase exclusivamente urbano, dedicado a atividades artesanais e

comerciais, à medicina e à arrecadação. Temos exemplos documentados de hebreus galegos que exercérom todas estas profissões, como o arrecadador ourensano Salomom Baquix, o também ourensano *çurigiano* Rab Juda ou o mercador Ysaque Rodriga.

Sendo o vinho um dos principais elementos materiais da economia galega medieval, nom podiam os judeus ser alheios ao seu comércio. O vinho figura constantemente em contratos de foro e de empréstimo, segundo nos relata María Gloria de Antonio no seu *Os xudeus en Galicia*. Os hebreus nom podiam beber vinho manipulado por maos nom judias, mas admitiam-no frequentemente como modo de pagamento. Também o peixe foi um produto a cujo comércio se dedicárom os judeus, circunstância que nos confirma o documento de 1384 segundo o qual o hebreu corunhês David possui umha nau "*nova e grande e bem fornecida*" que lhe serve para exportar peixe para o Mediterrâneo.

Ónega assegura que os hebreus teriam participado nas tentativas independentistas da Idade Média, sendo também co-protagonistas das Revoltas Irmandinhas

Da dilatada presença judia no mundo galaico e lusitano ficárom alguns vestígios, dos quais os apelidos estão entre os mais rastejáveis. Umha vez exilados em terras como a Aquitânia, encontramos no Caminho francês e nos cemitérios de Baiona e Bordéus nomes galego-portugueses, tais como Rodrigues, Álvares, Pereira, Mendes, Lopes, Depas (de Paz), Pixotte (Peixoto), Fonsèque (Fonseca), da Costa, Carvalho, Oliveira, Silva, Porto e outros.

No que diz respeito às perseguições religiosas, é um lugar-comum que a Galiza foi um terreno de relativa segurança e tolerância para as comunidades hebraicas no convulso contexto de fins do século XV, embora acabassem forçados à conversom ou ao exílio. Segundo Ónega, a tradição tolerante do país pode ter as suas raízes já no período suevo, o qual proporcionaria aos judeus umha posição de que nom gozavam na última etapa do Império. Assim, os hebreus ocupárom numerosos cargos oficiais, estando-lhes permitido casarem com mulheres cristãs. O mesmo autor assegura que os judeus teriam participado das tentativas independentistas galegas da plena Idade Média. Mais umha vez, a segurança será a chave, pois na Galiza as comunidades hebraicas nom sofriam as perseguições e matanças que já naquela altura existiam noutras partes da Península.

Para culminarmos o aparente idílio entre os judeus e a historiografia (-mitologia) nacional galega, temos o documento de 1447, citado por López Ferreiro, segundo o qual os judeus teriam colaborado com os Irmandinhos no derrubamento do Castelo Ramiro, próximo da cidade de Ourense. Para Ónega, os judeus galegos estavam "identificados com o movimento popular, assumindo a causa irmandinha contra a nobreza opressora".



# A FOTO

Charo Lopes

A natureza encantada é o reflexo histórico-simbólico dos povos livres. Somos nesta terra habitada como nossa e com os nossos onde irrompe a certeza de umha co-perança profunda. Porque somos natureza e existimos nela.

(Escola Popular Galega)



## CRIAÇOM

No pólo oposto das construções faraónicas vazias de sentido e das homenagens florais descontextualizadas, está a criação. No NOVAS DA GALIZA pensamos que o verdadeiro

activo cultural do nosso país som os galegos e galegas, e com essa ideia inauguramos este espaço de criação. Com cada novo número fornecemos um texto literário para go-

zarmos das nossas letras, num projeto em que todos e todas estades convidados a participar. Escreve para [literaria@novasgz.com](mailto:literaria@novasgz.com).

Antía J. Peiro confessou numha recente entrevista que nom lhe importa que a chamem poeta, mesmo que ela nom se considere tal. As suas últimas criações desafiam a dualidade que outros tentam construir entre o “Eu” e o “Outro”, o “canibal” e o “civilizado”, e tentam demonstrar a omnipresença da realidade na poesia.



## Literatura Comparada - Antía J. Peiro

Se polo menos umha destas histórias fosse certa, poderia escrever sobre ela:

Contam que o pároco de Miraflores passou seis anos na selva do Guaviare, sequestrado polas FARC. Os primeiros encarregados de mantê-lo cativo eram muito disciplinados: comida, água, evacuação, pequeno passeio para esticar as pernas, um dia sim e outro também. Com a passagem dos anos fôrom mudando os guerrilheiros que o custodiavam, e as pautas virárom mais laxas. Quando já passara quatro anos na selva, um dos soldados sentiu mágoa por ele, e num dos breves intercâmbios depois do almoço dijo-lhe:

“Você pida algumha cousa de que precise, umha cousa só, que eu fago por lha conseguir”.

Ao que o cura retrucou, desesperado:

“Um livro, por favor. Quero um livro”.

E todos os intelectuais aprovárom a anedota.

Contam que Eamon McLochlainn, um prisioneiro republicano irlandês, passou vários anos encerrado no cárcere de Long Kesh após o internamento forçoso de 71. Um carcereiro novo, impressionado polas condições de vida dos presos no “labirinto”, quebrou as duras normas da prisom para se chegar a ele, e num dos seus breves intercâmbios dijo-lhe:

“Você pida algumha cousa de que precise, umha cousa só, que eu fago por lha conseguir”.

E Eamon McLochlainn retrucou:

“Liberdade. Quero liberdade para o meu povo”.

E toda a militância, e algum intelectual, aprovárom a anedota.



Contam que Manolo Pampim, um vizinho do Rosal, passou vários anos encerrado no cárcere da Lama após um assalto falido numha sucursal do Banco Pastor. Um dos seus carcereiros, encomendado à tarefa de fazer da prisom um centro de redenção, entrevistou-se com ele, analisou as suas condições socioeconómicas, tirou um relatório que publicou na revista “Cárcere Hoje” e depois, sentindo-se em dívida, dijo-lhe:

“Umha cisalha, por favor. Quero umha cisalha”.



# Iniciativa Legislativa Popular

Isabel Rei Samartim

Mais de dezassete mil pessoas na Galiza assinaram a proposta de promoção da língua portuguesa e vínculos com o resto de países lusófonos. A Lei Valentim Paz-Andrade foi aprovada por unanimidade dos grupos parlamentares em 11 de março de 2014. É a primeira vez que o Parlamento Galego dá um passo destas características em política linguística. Contudo, o movimento social que promove o conhecimento e uso normal do português galego cumpre já mais de trinta anos.

A Comissão Promotora da ILP encarregou-se de redigir o texto inicial. Após as emendas dos grupos parlamentares, esta comissão ela-

borou um Parecer, de consulta na internet, onde explicou a sua opinião sobre essas mudanças. Também no mesmo texto se expõem, entre outras reflexões, dous modelos de possível aplicação da lei. Segundo a visão reintegracionista, devemos aproveitar o conhecimento do nosso galego para acelerar o aprendizado do português moderno. Deste modo a consciência de sermos galego falantes ajudará a dominar a língua portuguesa ao máximo nível em poucos meses. Esse é o Modelo Galego.

Por outro lado está o desconhecimento da língua própria que infelizmente cada vez mais galegos padecem. A falta de poder aproveitar o nosso potencial, podemos encarar o aprendizado do português como uma língua estrangeira, começando

de zero e investindo anos de estudo, dum modo semelhante ao que se aplica na Estremadura espanhola. Esse é o Modelo Estremenho.

A lei aprovada não estabelece qual dos dous modelos será o aplicado. Mas, para nós como galeg@s é de vital importância conhecer a forma da nossa língua noutros países, pois já temos visto que ficamos ignorantes dela não nos traz nada de bom. Tendo em conta que nem na Galiza nem na Espanha há qualquer normativa ortográfica “oficial”, que esse é um dos mitos da caverna, como sabemos. Que por isso podemos utilizar legalmente diferentes normas para a escrita do galego, mesmo aquela que se aplica ao chamado português, que vira galego, que vira português com uma leve mudança de letras. E ten-

do em conta também o desconhecimento do galego mais elementar de alguns indivíduos e instituições, seria boa ideia que ambos os modelos, Galego e Estremenho, fossem de aplicação simultânea.

Quem ideologicamente se sentir longe do português poderá tratar de aprender como se fosse francês ou chinês. E quem veja a identificação galego-portuguesa, utilizará os seus conhecimentos prévios para avançar melhor e mais depressa. Em qualquer caso, a aplicação desta lei deixa em mal lugar as práticas manipuladoras empregadas até agora para impedir o uso do português na Galiza: das ilegais exigências em documentos administrativos e demais prosa funcional, aos currículos de ensino primário e secundário, onde a língua portuguesa deverá ter agora o seu espaço. Ademais no âmbito universitário e de ensino superior terá de haver uma especial promoção, dadas as vantagens que

implica o conhecimento desta língua para o alunado galego que estuda uma carreira profissional. E, em geral, já não poderá ficar impune a prática contrária à proliferação de textos, meios de comunicação e publicações em português.

Como música e professora no Conservatório público de Compostela congratulo-me de que o meu centro e colegas de profissão tenham apoiado e ajudado na promoção e recolha de assinaturas desta ILP que finalmente veio a ser aprovada. O que há duas décadas parecia impossível, que a gente não especialmente conscientizada na defesa da língua reparasse no português, está aos poucos acontecendo. Agora o seu estudo afirma-se como uma opção lógica para @s galeg@s, uma alternativa de futuro: a oportunidade para reconstruirmo-nos como éramos, mesmo sem saber que éramos, cé-lulas de universalidade.

## CINEMA

# O Consórcio nom tivo quem lhe escrevesse

Xurxo González

A 29 de junho de 2012, ocorreu o passamento do Consórcio Audiovisual da Galiza, órgão da Junta da Galiza dedicado à promoção do setor audiovisual galego. Um desaparecimento que, tristemente, passou totalmente despercebido por todo o mundo. Nengum meio de comunicação difundiu este passamento, já que, para além de deferências para com a administração que legisla o âmbito, seria como reconhecer a própria derrota de todos os agentes que participam no negócio da comunicação. Um final sem dar nas vistas que mostra bem claramente o grau de inanição que ultimamente caracterizava o órgão e, por conseguinte, de todo o tecido industrial tentando desesperadamente sobreviver nom apenas perante umha crise económica abissal, mas perante as incertas vicissitudes que caracterizam o atual contexto.

A origem do Consórcio estivo nas procuras do setor na década de 1990, quando se tentou legislar e normalizar um setor que na altura parecia que nom ia ter to. Eram os tempos em que se

tentava expandir promovendo o “modelo galego”, que consistia em atrair produções forâneas para cenários da Galiza. Foi assim como o setor começou a se encher de expectativas e lhe colocárom o adjetivo de “estratégico”, que contemplava, sem dúvidas e com enorme esperança, um teórico futuro prometedo. Neste panorama, as produtoras audiovisuais, sobretudo através da bulideira AGAPI, trabalharom para mostrar às formações políticas a necessidade de redigir e aprovar no parlamento o que finalmente seria a Lei do Audiovisual da Galiza (1999).

No seu art. 9.º, falava-se da “potenciação das açons institucionais” e, em seguida, o Consórcio Audiovisual da Galiza é nomeado como órgão encarregado de fazê-lo. Os pontos que se seguiam delineiam superficialmente em que se basearia a referida entidade: as suas açons tinham de estar orientadas para o desenvolvimento do setor, seria dotado de personalidade jurídica, teria um caráter interadministrativo, poderia participar entidades privadas, o seu orçamento seria assumido pelas entidades que o constituíam e promoveria a cria-

ção dumha Film Commission.

Apesar destas premissas de nascimento, o Consórcio nunca foi capaz de aglutinar toda a política audiovisual dos distintos governos. Estava chamado a ser o órgão “único e exclusivo” do audiovisual galego, mas, ao longo da sua vida (12 anos), nunca chegou a sê-lo. Nengum dos seus diretores (Alfonso Cabaleiro, Nacho Varela e Anxo Quintanilla) foi capaz de tirá-lo dum segundo plano, detrás da entidade que geria as ajudas à produção: num princípio foi a dupla Direção-geral de Comunicação Social e Audiovisual – CGAI, depois foi a Agência Audiovisual Galega e, finalmente, o AGADIC.

Assim, nesta posição subsidiária, as suas açons sempre seguirom a esteira das políticas de ajudas à produção. Umha situação que foi aproveitada durante o bipartido para encenar a descoordenação de governo entre os nacionalistas e socialistas. Deste modo, o Consórcio tentou centrar-se em tarefas de promoção e formação, destacando-se as suas “missões comerciais” a mercados, o apoio a festivais, a formação de profissionais e a educação audiovisual nas aulas.

Apesar desta especificidade, durante o bipartido ambos sócios de governo invadiam mutuamente as suas competências e o Consórcio chegou a fomentar a produção com os seus projetos do Fundo Raízes e Sempre Cinema.

Este papel fortemente secundário provocou que minguasse a sua credibilidade nos seus cometidos. E isto tornou-se notório quando as partes “consorciadas” começaram a se distanciar. Após o distanciamento da Conselharia da Cultura e Desportos no bipartido, começou umha deserção paulatina dos seus sócios. À diminuição das suas receitas, acrescentou-se a gestom deficitária, os problemas com o seu pessoal laboral, a pouca constância dos seus êxitos, a sua escassa transversalidade e, sobretudo, a pouca versatilidade relativamente às novas necessidades do meio.

Durante a última etapa do Consórcio, tornou-se mais evidente umha mudança no modelo de produção audiovisual. Ao se sair do baralho a Televisom da Galiza, já nom há joker possível e retirou-se a rede que assegurava o setor. Curiosamente, o ente autonómico inter-relaciona-se com o Consórcio na Lei do Audiovisual

da Galiza juntamente com entidades de necessária atualização (Centro Galego de Artes da Imagem), outros que nom se sabem para que existem (Conselho Assessor de Telecomunicações e do Audiovisual da Galiza) ou que nunca chegaram a ser criados (Registo Administrativo de Empresas Cinematográficas e Audiovisuais, Comissom do Cinema ou Comissom do Usuário). Provavelmente aqui está o grande erro da política audiovisual da Galiza ao longo dos distintos governos: nom tentar mudar a legislação dum setor altamente tecnificado que mudou de maneira frenética perante novas maneiras de produzir e de consumo. O audiovisual de 2012 nom tem nada a ver com o de 1999.

Perante esta vida e obra do Consórcio Audiovisual da Galiza, nom é de estranhar que ninguém chorasse polo seu desaparecimento, polo menos publicamente. Com certeza, a vasta equipa de trabalhadores que ficaram sem emprego será quem mais o sentir. Porém, quem se alegrará será o setor, já que deste modo tam paradoxal, por fim, cumpria-se a velha e tam devecida arela: o “guiché único”.